

CHEFIA DE GABINETE

PROJETO DE LEI Nº _____ DE 08 DE DEZEMBRO DE 2021

Altera o inc. I do art. 2º da Lei nº 1.535, de 23 de dezembro de 2020, que “Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Itapeva/MG para o exercício financeiro de 2021”.

A Câmara Municipal de Itapeva aprova e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O inc. I do art. 2º da Lei nº 1.535, de 23 de dezembro de 2020, que “Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Itapeva/MG para o exercício financeiro de 2021” passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º (...)

I - abrir créditos adicionais suplementares, respeitadas as demais prescrições constitucionais e nos termos do inciso I do Art. 7º e Art. 43º, §1º, da Lei Federal nº 4.320/1964, até o valor correspondente a 28% (vinte e oito por cento) do montante previsto nesta lei.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapeva, 08 de dezembro de 2021.

DANIEL PEREIRA DO COUTO

Prefeito Municipal

CHEFIA DE GABINETE

Exmo. Sr.

Devanil Laurindo da Silva
Presidente da Câmara Municipal de Itapeva – MG.

Senhor Presidente,

Temos a honra de encaminhar a Vossa Excelência o incluso Projeto de Lei que altera o inc. I do art. 2º da Lei nº 1.535, de 23 de dezembro de 2020, que “Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Itapeva/MG para o exercício financeiro de 2021”.

A proposição inclusa tem por objetivo a alteração do dispositivo legal visando autorizar o Chefe do Poder Executivo Municipal a abrir crédito suplementar num percentual de 28%.

A Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que trata de normas gerais de direito financeiro, dando outras providências, dispõe no inciso I do art. 7º que a Lei Orçamentária poderá conter autorização legislativa para abertura de crédito suplementar.

Este dispositivo, portanto, permite a abertura de crédito adicional, mediante autorização dada pelo Poder Legislativo, que poderá ser “... feita em valor absoluto (tantas unidades monetárias) ou em percentual sobre o total do orçamento aprovado...” (JR. MACHADO, J. Teixeira; Reis, Heraldo da Conta. “A Lei 4.320 Comentada”. IBAM: Rio de Janeiro, 30ª ed., 2000, p.108).

No que tange o disposto no art. 167, inc. VII da Constituição Federal o impedimento consiste apenas na concessão de crédito ilimitado, sem estabelecimento de um teto certo em percentual.

Ademais, não há vedação de alteração de lei orçamentária, mesmo porque a mutabilidade das normas é característica de nosso ordenamento jurídico, onde a própria Constituição Federal pode ser alterada por emenda, mediante processo legislativo especial.

Fatores importantes que precisamos levar em consideração é o excesso de arrecadação ocorrida até o mês de novembro de 2021 do Poder Executivo num montante aproximado de 6.000.000,00 (Seis Milhões de Reais) interferindo diretamente nas aplicações constitucionais do fundeb, educação e saúde.

Conforme relatório em anexo já suplementamos um total de 24,94%, restando apenas 0,06% para finalizarmos o exercício.

Dado o exposto, submetemos a Vossa Excelência o Projeto de Lei para que seja levado à apreciação dos Nobres Vereadores, contando com a aprovação dessa Egrégia Casa de Leis.

Nessas condições, restando evidenciadas as razões que embasam a iniciativa e demonstrado o seu relevante interesse público, conto com o apoio dessa Casa de Leis, para aprovação em caráter de **URGÊNCIA ESPECIAL**, da matéria proposta.

DANIEL PEREIRA DO COUTO

Prefeito Municipal